

HABEAS CORPUS Nº 567.517 - SP (2020/0071297-7)

RELATOR : **MINISTRO SEBASTIÃO REIS JÚNIOR**
IMPETRANTE : SILVANA HELENA DE PAULA
ADVOGADO : SILVANA HELENA DE PAULA - SP127368
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : MARIO DOUGLAS DA SILVA (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

EMENTA

HABEAS CORPUS. ASSOCIAÇÃO PARA O TRÁFICO. PRISÃO PREVENTIVA. AUSÊNCIA DE REQUISITOS PARA MANUTENÇÃO DA PRISÃO PREVENTIVA. RECOMENDAÇÃO N. 62/2020 DO CNJ. CRIME COMETIDO SEM VIOLÊNCIA OU GRAVE AMEAÇA À PESSOA. MÁXIMA EXCEPCIONALIDADE DAS PRISÕES CAUTELARES.

Ordem concedida nos termos do dispositivo. Liminar confirmada.

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* impetrado em favor de **Mario Douglas da Silva** contra ato coator proferido pela Décima Segunda Câmara Criminal do Tribunal de Justiça de São Paulo, que, nos autos do HC n. 2269137- 90.2019.8.26.0000, denegou a ordem, mantendo o paciente preso preventivamente pela suposta prática de conduta descrita no art. 35 da Lei n. 11.343/2006.

A impetrante alega, em síntese, que a imposição cautelar carece de motivação idônea, pois não demonstra o perigo representado pela liberdade do paciente.

Salienta que a prisão cautelar, por ser medida de caráter excepcional, somente subsistirá quando não for viável sua substituição por outra medida menos gravosa.

Sustenta que o decreto de prisão preventiva demonstra evidente antecipação do juízo de culpabilidade e que o regime a que submetido o réu é diverso do que estará em caso de eventual condenação, visto que o delito não é equiparado à hediondo, sendo ele paciente primário, pai de família, trabalhador, com residência fixa no distrito da culpa.

Menciona a medida cautelar proferida na ADPF n. 347, salientando a possibilidade de aplicação das medidas do art. 319 do Código de Processo Penal.

Pede a concessão da ordem e a confirmação da liminar (fls. 3/8).

Superior Tribunal de Justiça

Liminar deferida às fls. 43/45.

Informações prestadas pela origem às fls. 51/52.

O Ministério Público Federal opina pela denegação da ordem, tendo em vista os fundamentos concretos da decisão e a necessidade de encarceramento do paciente (fls. 55/58).

É o relatório.

A impetração pretende a concessão da liberdade provisória ou a substituição da prisão preventiva por prisão domiciliar.

A impressão que tive ao apreciar o pedido liminar se mantém ao aprofundar a análise do mérito.

Inicialmente, a prisão em flagrante foi convertida em preventiva aos seguintes fundamentos (fl. 37):

Com a devida venia da posição da dd. Defensora, o relatório de fls. 9/20, instruído com fotos, é bastante claro e indica, com a segurança necessária para este momento de cognição sumária, que o autuado estava associado para o tráfico de drogas.

Verifica-se, também, que o local é de grande movimento de usuários, sendo certo, então, que não se trata de situação de tráfico de pequena quantidade.

Sabe-se da gravidade dos delitos ligados ao tráfico que estão, normalmente, associados também a organizações criminosas.

A soltura neste momento, mesmo com a imposição de medidas cautelares, apenas premiaria a conduta do agente, servindo de estímulo direto para a reiteração.

Provocado na via do *habeas corpus*, o Tribunal local denegou a ordem aos seguintes fundamentos (fls. 16/17):

De acordo com o relatório de investigação produzido pela equipe policial (fls. 09/20 do feito originário) evidencia intensa prática da mercancia ilícita no local dos fatos pelo indivíduo não identificado que se conseguiu se evadir por ocasião da abordagem policial, tanto que foi documentada, inclusive, a formação de congestionamento de veículos e motocicletas para adquirir drogas no local.

Restou documentada, ainda, por diversas fotografias, que o paciente exerceria a função de “recolha” dos valores angariados com a mercancia ilícita, passando pelo local durante a campana policial em duas oportunidades distintas, sendo preso em flagrante na segunda.

Como visto, o indivíduo que exercia o tráfico conseguiu se evadir ao passo que

o paciente foi preso em flagrante na posse da expressiva quantia de R\$ 1.085,00 em cédulas diversas proveniente da mercancia ilícita, evidenciando a existência de associação criminosa estruturada para a prática do tráfico de drogas.

Além disso, verte da folha de antecedentes que o paciente responde a outra ação penal pela prática, em tese, de crime de mesma natureza, bem como ostenta condenação por tentativa de furto qualificado, indicando dedicação à atividade criminosa e que faz do crime seu meio de vida, evidenciando a possibilidade concreta de reiteração criminosa.

Assim, desde que a permanência do acusado em liberdade possa dar motivo a novos crimes ou cause repercussão danosa no meio social, cabe ao magistrado manter a custódia cautelar como garantia da ordem pública, constituindo em verdadeira medida de segurança.

Conforme expus na decisão monocrática, a existência de maus antecedentes, reincidência, atos infracionais pretéritos, inquéritos ou mesmo ações penais em curso denota o risco de reiteração delitiva e constitui também fundamentação idônea a justificar a segregação cautelar (HC n. 473.991/SC, Ministra Laurita Vaz, Sexta Turma, DJe 4/2/2019).

In casu, em condições normais, a existência de condenação e de ação penal em curso em desfavor do paciente seria fundamento suficiente para ensejar a aplicação de uma medida cautelar, inclusive a prisão preventiva.

Entretanto, não se pode olvidar que o Conselho Nacional de Justiça editou a Resolução n. 62/2020, em que recomenda aos Tribunais e magistrados a adoção de medidas preventivas à propagação da infecção pelo novo coronavírus - Covid-19 no âmbito dos sistemas de justiça penal e socioeducativo.

Dispõe o art. 4º da referida resolução (grifo nosso):

Art. 4º Recomendar aos magistrados com competência para a fase de conhecimento criminal que, com vistas à redução dos riscos epidemiológicos e em observância ao contexto local de disseminação do vírus, considerem as seguintes medidas:

I – a reavaliação das prisões provisórias, nos termos do art. 316, do Código de Processo Penal, priorizando-se:

[...]

II – a suspensão do dever de apresentação periódica ao juízo das pessoas em liberdade provisória ou suspensão condicional do processo, pelo prazo de 90 (noventa) dias;

III – **a máxima excepcionalidade de novas ordens de prisão preventiva, observado o protocolo das autoridades sanitárias.**

Superior Tribunal de Justiça

Considerando tratar-se de crime cometido sem violência ou grave ameaça e que a gravidade concreta do delito não se revela exorbitante, além da máxima excepcionalidade exigida, tendo em conta a recomendação do Conselho Nacional de Justiça, como medida de contenção da pandemia mundialmente causada pelo coronavírus (Covid-19), entendo que a custódia cautelar deve ser substituída pela prisão em regime domiciliar.

Ante o exposto, **concedo** a ordem, confirmando a liminar, para, excepcionalmente e em cumprimento à Recomendação CNJ n. 62/2020, substituir a prisão cautelar imposta ao paciente no Processo n. 1503213-81.2019.8.26.0548 por prisão domiciliar, a ser implementada pelo Magistrado singular, que deverá fixar as condições e alertar o acusado de que, em caso de eventual descumprimento, a segregação provisória será imediatamente restabelecida.

Intime-se o Ministério Público estadual.

Publique-se.

Brasília, 02 de abril de 2020.

Ministro Sebastião Reis Júnior
Relator